



Trajetos e trajetórias nos canaviais em Cosmópolis

GOMES, José Agnaldo. Do trabalho penoso à dignidade no trabalho: o itinerário de canavieiros no enfoque da psicologia do trabalho. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2012, 294 p.

Ana Costa*

O presente livro é resultado da tese de Doutorado em Psicologia Social, de José Agnaldo Silva, realizada na Universidade de São Paulo (USP) e defendida em 2010, sob o título: “O canavial como realidade e metáfora: leitura estratégica do trabalho penoso e da dignidade no trabalho dos canavieiros de Cosmópolis”. O seu interesse é o de “averiguar as condições da possibilidade de passagem de um ‘trabalho penoso’ a um ‘trabalho digno’ ou ‘trabalho decente’, como é denominado em documentos oficiais”.

Este estudo foi emoldurado pela pequena Cosmópolis, cidade do interior de São Paulo, com uma população aproximada de 61.000 habitantes. Segundo o autor, não apenas a cidade, mas o produto de seus trabalhadores é realidade e metáfora da monocultura da cana. Desse modo, são destacadas algumas unidades contraditórias, que se revelam chaves heurísticas explicativas de sua tese, como: açúcar e etanol versus doçura e aceleração, de ideologia e reificação.

O conjunto da obra está estruturado em cinco capítulos, além da introdução geral e das considerações finais. No primeiro capítulo, o autor apresenta os três lugares em que o complexo canavieiro incide: o lugar físico, social e legal do cortador de cana. A partir desse recorte, ele irá desenvolver as particularidades desses diferentes e complexos espaços que constituirão a base material do seu trabalho. No segundo capítulo, se volta para uma reconstrução do itinerário histórico da cana-de-açúcar no Brasil. Aqui uma de suas grandes preocupações será a transformação daquilo que ele chama de pontos mortos ou de processos de naturalização de mitos

* Professora adjunta e pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da Universidade Federal Fluminense (UFF); doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ) e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Correspondência: E-mail: <amawacosta@gmail.com>.

que precisam ser refletidos. E afirma: “Não podemos esquecer o sofrimento que, desde os primórdios do Brasil, produz a doçura da cana”.

No terceiro capítulo, ele se debruçará sobre a nova morfologia do trabalho, ou se preferirmos, sobre o processo de reestruturação do trabalho no setor sucroalcooleiro. Essa parte é reveladora da forma com a qual alguns elementos presentes no início da formação da sociedade brasileira ainda dialogam com os representantes das classes dominantes e do Estado nacional no século XXI. No quarto capítulo, o autor inaugura com muita propriedade o confronto mais denso entre as análises teóricas já elaboradas e as narrativas dos cortadores de cana.

No quinto e último capítulo, o autor aproxima-se de um dos mais importantes momentos de seu trabalho, proporcionando-nos perceber também a sua honestidade intelectual. É quando, ao levar o leitor até as últimas páginas, questiona: saídas no canavial ou saídas do canavial? E, então, vem uma indagação, sobrecarregada de lamento: Quem não queria transformações além de negociações de melhorias, além de medidas paliativas, de mitigações?

É patente o envolvimento do autor com o tema. Mesmo com todo o seu esforço em garantir o distanciamento crítico necessário na produção do conhecimento, trata-se de um pesquisador de uma realidade da qual já foi ator por mais de uma década, enquanto trabalhador canavieiro, cortador de cana na Usina de Maracaí em São Paulo. Fato este que penso ter contribuído de forma significativa para seu processo de estudo dessa temática.

Onde a agricultura familiar não sustenta mais a família, “trabalhar na usina” é uma ocupação considerada privilégio, apesar de todas as péssimas condições de trabalho reveladas neste livro. Um elemento de análise importante que se destaca é a representação da carteira assinada por parte desses trabalhadores e a ideia da garantia dos direitos a eles atribuída pelo Estado e suas instituições, o que não tem igual incidência no trabalho camponês. Sobre estes recai uma identidade pejorativa, uma vez que ainda são vistos na cidade como “o povo da roça”. Este é constituído e constituinte do “não lugar”; do “não saber”; portanto, destituído de significado e de valor.

Se o tema, por si só, já desperta interesse, a linguagem poética e metafórica com a qual o pesquisador elabora a sua exposição revela-nos a forma singular de vivência e interpretação da realidade dos canavieiros. Aí a sensibilidade e o senso crítico dialogam de forma a não deixar dúvidas ao leitor – o autor cortou cana, mas não cortou seus laços com este universo e, muito menos, com os trabalhadores que, para o usineiro, são menos que bagaço, porque são humanos. Em tempos de reestruturação produtiva, os canavieiros são vistos apenas como braços que, com o seu podão, contribuem para transformar trabalho coagulado em mercadoria e essa em mais valor.

Ler o livro guiada pelas mãos do autor é um enorme deleite. O processo de trabalho relatado aliena o trabalhador do produto final e, em

outros casos, da terra, como acontece com os migrantes. O autor, além de partilhar essa vivência, revela-nos suas descobertas: universo penoso, com ausência de perspectivas, em que as saídas são ideologicamente falaciosas, como a mecanização que substituiria o trabalho humano. Esta é compreendida pelo pesquisador como possibilidade de aumentar a sua produtividade, através do trabalho morto e não como forma de humanização do trabalho.

Ao caminhar nesses labirintos do trabalho e do capital, Gomes (2012) apresenta recortes importantes para contextualizar o seu estudo: o campo, onde se dá o plantio e a colheita; a fábrica, onde se transforma e o mercado, onde se vendem os produtos. Novamente aqui, chamam a atenção o modo de vida, a linguagem e os códigos internos desses trabalhadores. Eles são capturados pelo autor que, prazerosamente, nos conduz - com profundidade e sensibilidade a uma narrativa desveladora de desigualdade e violações dos mais elementares direitos constitucionais e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em várias passagens, evidencia-se o lugar social ocupado pelo cortador de cana-de-açúcar, lugar marginal na sociedade brasileira, enquanto seus produtos, o açúcar e o etanol, ocupam lugar central na economia do país. E aqui mais uma unidade contraditória, porém eminentemente explicativa no contexto trabalhado pelo autor, o produtor versus produto e a crítica profunda que realiza, trazendo à tona, um conjunto de reflexões ancoradas em seu marco teórico, mas retiradas das vidas e vivências de seus pares em um passado não muito distante.

No livro, no momento da textualização das narrativas dos canavieiros e de sua exposição, o autor revela de maneira delicada e profunda a forma como se apropriou dos conteúdos ditos e não ditos pelos sujeitos de sua pesquisa. Desse modo, é capaz de esculpir sentidos e sentimentos reveladores de tensões, contradições e das profundas angústias humanas desses canavieiros. Quando ele afirma que “o canavial representa para os trabalhadores um beco sem grandes saídas” ou que “ficar na cana é como ficar em cana”, desperta no leitor indignação, revolta e a compreensão de que a precarização do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar tiram a saúde, e, por vezes, a vida desses trabalhadores. O texto traz também o grito dos canaviais, pois esses mesmos trabalhadores não são apenas vítimas, mas sujeitos que ainda conseguem resistir e conquistar mudanças e melhorias em suas condições de trabalho.

Segundo o autor, a “monocultura da cana, que produz açúcar e etanol, é metáfora de doçura e movimento produtivo acelerado”. Ele revela que a transformação dessa matéria-prima em commodities, afeta diretamente a penosidade do trabalho e a ausência de alternativa aos canavieiros. Além do processo de alienação do trabalho, os trabalhadores são alienados também da terra em função da concentração fundiária que a monocultura impõe. Assim, uma das indagações formuladas pelo autor, já na conclusão do

livro, merece destaque: “humanizar” o trabalho canavieiro significa humanizar o capitalismo? Neste sentido, poderíamos também perguntar: é possível pensar na mundialização, financeirização e superacumulação do capital, com a reestruturação produtiva garantindo todas as condições de sua materialização e, ao mesmo tempo, discutir com esses trabalhadores e trabalhadoras estratégias de humanização do sistema capitalista?

Em sua conclusão, Gomes (2012) afirma que “a resposta final será do capital e da máquina a seu serviço, não dos trabalhadores.” Para em seguida, assegurar que “a desconstrução do trabalho penoso pode ser ponto de partida para que sejam repensados os fins do projeto civilizatório” e que “a saída que resta é a permanência e a aposta na autodestruição parcial do sistema”. Despedindo-se em seguida: “Adeus canavieiros! Sua luta pelo pão é o primeiro passo de uma longa caminhada”.